



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

JOHN KENNEDY GOUVEIA DE SOUTO

**A IDENTIDADE DO ALUNO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
o preconceito linguístico na sala de aula**

CAMPINA GRANDE - PB
2014.

JOHN KENNEDY GOUVEIA DE SOUTO

**A IDENTIDADE DO ALUNO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: o
preconceito linguístico na sala de aula**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas e Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Secretaria de Estado da Educação do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientador:
Prof. Dr. Ricardo Soares da Silva

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S726i Souto, John Kennedy Gouveia de
Identidade do aluno na educação de jovens e adultos
[manuscrito] : o preconceito linguístico na sala de aula / John
Kennedy Gouveia de Souto. - 2014.
40 p. : il. color.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
Práticas Ped. Interdisciplinares) - Universidade Estadual da
Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à
Distância, 2014.

"Orientação: Ricardo Soares da Silva, Departamento de
Letras e Artes".

1. Educação de Jovens. 2. Preconceito linguístico. 3.
Conflitos interrelacionais I. Título.

21. ed. CDD 374

JOHN KENNEDY GOUVEIA DE SOUTO

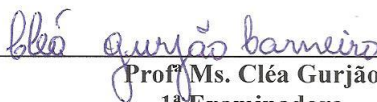
**A IDENTIDADE DO ALUNO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: o
preconceito linguístico na sala de aula.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas e Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Secretaria de Estado da Educação do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

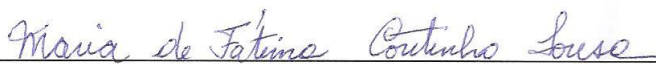
Aprovado em 19 de julho de 2014.



Prof^o Dr. Ricardo Soares da Silva
Orientador



Prof^a Ms. Cléa Gurjão
1^a Examinadora



Prof^a Ms. Maria de Fátima Coutinho Sousa
2^a Examinadora

CAMPINA GRANDE-PB
2014

A Deus, minha fortaleza, nos momentos mais especiais, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela oportunidade e pela perseverança nos concedida, e por mostrar-nos a importância de um curso que sempre fez parte da nossa projeção de vida, pois, com a decorrência do curso, percebemos a sua relevância para realização de práticas educativas eficazes.

A meu pai, pelo apoio e compreensão pela ausência, nossa gratidão.

A minha mãe, por insistir na nossa permanência, diante da vontade de desistirmos.

A minha tia, Maria do Carmo, por nos emprestar o carro para nossa locomoção à Universidade, em Campina Grande.

Ao professor Ricardo Soares, por sua atenção e correção do nosso trabalho com paciência e dedicação.

Aos alunos, em especial, pela troca de ricas experiências durante as aulas.

Para dizerem milho dizem mio? Para melhor dizem mió
Para pior pió/ Para telha dizem teia/Para telhado dizem
teiado. E vão fazendo telhados.
(Oswald de Andrade)

RESUMO

O presente trabalho “A identidade do aluno na Educação de Jovens e Adultos: o preconceito linguístico na sala de aula” tem como objetivos, identificar as dificuldades de aceitação encontradas pelos estudantes da EJA, no aspecto linguístico. Fazendo um breve histórico sobre a EJA no Brasil e evidenciando os conflitos entre as gerações, refletimos a respeito do comportamento dos alunos inseridos numa sociedade de preconceito para compreender as dificuldades encontradas, sobretudo, para viverem de forma harmoniosa em sociedade, diante dos entraves que desestruturam o ensino. Sabemos, pois, que os alunos da EJA estão envolvidos por conflitos inter-geracionais, causando, assim, um dos grandes problemas da EJA. Com efeito, a EJA apresenta diversos aspectos em relação ao preconceito linguístico; da variação linguística à formação propriamente do preconceito. O presente estudo analisa criticamente as marcas da oralidade, na conversa espontânea entre alunos e o professor do segmento; traça um percurso pela identidade cultural e educacional dos alunos e problematiza a identidade brasileira, por causa das diferenças raciais existentes no Brasil, espaço político e sociocultural de profunda complexidade. Para o trabalho, consultamos: Bagno (1999/2010), Ribeiro (1999) e Decca (2013), entre outros, por analisarem a temática aqui direcionada.

PALAVRAS-CHAVE: EJA. Preconceito linguístico. Conflitos inter-geracionais. Identidade.

ABSTRACT

This study " The identity of the student in Youth and Adults: linguistic bias in the classroom " aims to identify the difficulties encountered by students of acceptance of EJA, the linguistic aspect. Making a brief history about the EJA in Brazil and highlighting the conflicts between generations, reflects on student behavior contained in a prejudice society to understand the difficulties, especially, to live harmoniously in society, in the face of obstacles that de-structure the teaching. We know, then, that students are involved in adult education for inter-generational conflicts, thus causing a major problem for EJA. Indeed, EJA presents several aspects in relation to the linguistic bias; linguistic variation to the proper formation of prejudice. This study critically examines and marks of orality, spontaneous conversation between students and the teacher of the segment; traces a route through educational and cultural identity of students and discusses the Brazilian identity, because of existing racial differences in Brazil, political and sociocultural space of deep complexity. For work, consult: Bagno (1999/2010), Ribeiro (1999) e Decca (2013), among others, examine the theme directed here.

KEYWORDS: EJA. Linguistic Prejudice. Intergenerational conflicts. Identity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
I CAPÍTULO	
1.1. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL ...	12
1.2. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E OS CONFLITOS ENTRE AS GERAÇÕES	13
1.3.UM PERCURSO PELA IDENTIDADE CULTURAL E EDUCACIONAL DOS ALUNOS DA EJA	16
II CAPÍTULO	
2.1. A ESCOLA PADRE IBIAPINA: Dados gerais e aspectos históricos	18
2.2. LEGISLAÇÃO	21
2.3. ESTRUTURA FÍSICA	21
2.4. A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA	23
2.5. O PAPEL DA ESCOLA NO COTIDIANO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS	24
III CAPÍTULO	
3.1. A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: a formação do preconceito lingüístico	26
3.2. DO PRECONCEITO AO CONFLITO: Um foco analítico das marcas da oralidade, na conversa espontânea entre alunos e professor da EJA.....	27
3.3. ANÁLISE DAS FALAS	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	33
APÊNDICES	38
ANEXO	40

Introdução

Este trabalho aborda a temática “A identidade do aluno na Educação de Jovens e Adultos: o preconceito linguístico na sala de aula”. Tem por objetivo principal identificar as dificuldades de aceitação encontradas pelos estudantes da EJA, no seu aspecto linguístico. Pretendemos fazer uma reflexão sobre o comportamento dos alunos inseridos numa sociedade de preconceito, para compreender as dificuldades encontradas, diante dos entraves que desestruturam o ensino, sabemos que esses alunos estão envolvidos por conflitos intergeracionais, que é uma das grandes problemáticas da EJA.

Com este trabalho, pretendemos fazer uma análise a respeito da temática da “identidade do aluno na Educação de Jovens e Adultos”, para melhor compreender os tópicos inicialmente elencados, sabendo que um dos problemas da EJA, segundo a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL.1998.p.127), “é que os programas oferecidos desconsideram os interesses e as competências adquiridas pela prática social dos alunos jovens e adultos”.

Nesse sentido, é importante a realização deste trabalho na educação de Jovens e Adultos, porque queremos identificar quem são os alunos inseridos, e como se comportam diante da educação para a aquisição do conhecimento, para tanto, concordamos com Piaget (*apud* MACEDO. 1994), ao afirmar que a

aprendizagem refere-se à aquisição de uma resposta particular, aprendida em função da experiência, obtida de forma sistemática ou não. Enquanto que o desenvolvimento seria uma aprendizagem de fato, sendo este o responsável pela formação dos conhecimentos.

Assim, acreditamos que este trabalho contribuirá para a área da pesquisa, sobre a EJA no intuito de auxiliar outros educadores na compreensão da situação dos indivíduos envolvidos na Educação dos Jovens e Adultos, na prática educativa dos professores, se estão contribuindo ou não para a formação do indivíduo.

Para tanto, esta pesquisa divide-se em três capítulos: O primeiro em três partes: a primeira faz um breve histórico sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, que se afirma como método conservador, hoje busca proporcionar aos alunos a aquisição de conhecimento e desenvolvimento das habilidades e competências, ambas são valores necessários à qualidade de vida; na segunda parte, tratamos dos conflitos entre as gerações na EJA, observando que quase sempre, o conflito deve-se ao choque de valores entre os alunos

de diversas gerações: a geração adulta, que busca muitas vezes recuperar “o tempo perdido”, e os jovens, que estão de forma irregular matriculados no Segmento; já a terceira etapa faz um percurso pela identidade dos alunos da EJA, fazendo compreender a formação da identidade brasileira como um problema, por causa das diferenças raciais existentes dentro do Brasil, espaço político e sociocultural de profunda complexidade.

No segundo capítulo, apresentamos a escola, os dados gerais e aspectos históricos, contextualizando com a história no cenário político e econômico de sua fundação, mostrando as condições legais de regulamento, bem como sua estrutura física, adequando-a à função social da escola diante das práticas educativas. Assim, afirmamos que a escola não cumpre a sua função social, pois para ela desenvolver o seu papel, o ensino deve ser igual para todos.

No terceiro capítulo, estudamos a função da linguagem, especificamente a formação do preconceito linguístico. Nesse sentido, cabe aos educadores preparar os alunos para despertar a consciência crítica para a não-discriminação do que seja ‘falar certo’ ou ‘falar errado’. Dessa forma, evitar o preconceito de uso da linguagem verificado entre as gerações. No referencial teórico, optamos por três autores específicos que tratam sobre a temática que aqui esboçamos, como: Bagno (1999/2010), Ribeiro (1999) e Decca (2013), entre outros, por analisarem a temática aqui direcionada.

No final, temos a lista dos apêndices composta por: o diálogo entre o professor e os alunos e a fotografia do prédio da escola.

I CAPÍTULO

1.1. Breve histórico da Educação de Jovens e adultos no Brasil

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil começou a delimitar seu espaço a partir de 1930. Nesse período, o país passava pelo processo de industrialização, “com isso cresce a necessidade de aumentar a produtividade e manter o poder central” (RIBEIRO,1999, p.19). A população brasileira na década de 30 era composta por 85% de analfabetos, (tanto de jovens quanto de adultos). A partir dessa década, passaram a surgir novas ideias advindas da França e dos Estados Unidos. Era o início do processo industrial no nosso país, as cidades começaram a crescer e as pessoas trocaram o campo pela cidade em busca de emprego nas fábricas para garantir uma melhor condição de vida, mas como não tinham domínio da leitura não obtiveram êxito na maior parte do quadro.

“Era preciso aumentar as bases eleitorais para sustentação do governo central”, afirma Ribeiro (1999, p. 20) para, então, monitorar a produção. O governo passa a se preocupar com o analfabetismo, utilizando para erradicá-lo os mesmos métodos usados na educação das crianças. Logo, verificou-se que não deu certo, visto que a realidade e a visão de mundo da criança são diferentes das do adulto. Foi, então, criada no mesmo período uma campanha nacional, usando a alfabetização de jovens e adultos. Na época, almejava-se, numa primeira etapa, uma ação extensiva que previa a alfabetização em três meses e a continuação do curso primário em dois períodos de sete meses.

A campanha de educação aumentou a reflexão e o debate em torno do analfabetismo no Brasil. Porém, ela acabou sofrendo profundas críticas no que diz respeito à inadequação do método para a população adulta como para as diferentes regiões do país. No final da década de 50, as críticas à campanha no que diz respeito às diferenças administrativas, como também às orientações pedagógicas, foram intensas, pois esse método pretendia uma alfabetização em curto prazo, não levando em conta as diferenças entre os municípios. Nesse contexto, surgiu Paulo Freire com um novo pensamento pedagógico para combater o analfabetismo, afirma Ribeiro (cf.1999, p.22). A pedagogia de Freire impulsionou vários programas de alfabetização e educação popular no início de 1960, causando uma grande revolução e envolvendo estudantes e intelectuais que estavam engajados numa ação popular. Já no ano de 1964, foi estabelecido o Plano Nacional de Alfabetização, (PNA) impulsionado por Freire.

Antes da (PNA), a alfabetização era vista como causadora da pobreza e da marginalização, diz Ribeiro (cf.1999, p. 26). Porém, Paulo Freire (*apud* Ribeiro. 1999) definiu como sendo “efeito da situação de pobreza gerada pela estrutura social”. Diante disso, era

necessária uma interferência na estrutura do processo educativo. Para tanto, passou a se exigir conhecer a realidade do educando e, também, a reconhecer o alfabetizador e seus problemas e, por fim, procurar meios de resolver a situação.

Paulo Freire desenvolveu um conjunto de procedimentos que ficou conhecido como “Método Paulo Freire”, cujo alfabetizador deveria investigar a realidade do grupo, fazendo um levantamento das palavras utilizadas pelo mesmo; em seguida, selecioná-las para fazer um estudo tanto da escrita quanto da leitura.

A Educação de Jovens e Adultos, após afirmar-se como método conservador, hoje busca proporcionar aos estudantes a aquisição de conhecimento e desenvolvimento das habilidades e competências, que são valores necessários à qualidade de vida. Podemos entender, pois, que um povo bem educado tem mais chance de deixar de ser pobre, desde que o combate à miséria seja matéria prioritária de um governo. É preciso também envolver todo sistema educacional nesse desafio de ir sempre mais além. É nesse sentido que “a leitura a leitura do mundo precede a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele”. (FREIRE, *apud* RIBEIRO, 1999.p. 26). Assim, o letramento é anterior à alfabetização.

Os educadores podem engajar-se junto às empresas, escolas, sindicatos, associações civis, igrejas, entre outras instituições sociais, cada uma no seu ramo de atuação e a partir daí, promover junto a essas organizações, meios de contribuir e ampliar o número de pessoas assistidas pela alfabetização.

1.2 A Educação de Jovens e Adultos e os conflitos entre gerações

É preocupante a quantidade de alunos que estão matriculados na Educação de Jovens e Adultos, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, pois há uma grande porcentagem de jovens matriculados numa faixa etária que varia entre 15 a 18 anos. Estes, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1998), deveriam frequentar o ensino regular. Por outra vertente, constituem os adultos sua maioria, pessoas idosas que abandonaram os estudos, possivelmente, para cuidar da família. Portanto, são várias as causas que levam o alunado a frequentar a EJA, entre as quais podemos elencar: os alunos que trabalham em tempo integral, a desmotivação, a vulnerabilidade, dentre outros aspectos.

A educação atualmente está ligada ao desenvolvimento da capacidade intelectual dos estudantes de se portar por princípios éticos, através da compreensão e solidariedade humana (LDB, BRASIL, 1998). A escola atual precisa estar atenta às necessidades emergentes de formação e conhecimento; entre elas, especialmente, a de propiciar processos formativos que contribuam para o desenvolvimento pessoal do aluno, no que diz respeito a sua formação para a cidadania. A transformação social é parte “integradora e inerente à educação”, deve ser conduzida por meio de diálogo entre educadores e educando. De acordo com essa vertente, a educação se dará de modo que o sujeito (aluno) possa assimilar os conhecimentos adquiridos, construindo o saber a partir de sua realidade. A educação é o meio pelo qual o aluno pode transformar sua realidade, independentemente do meio social em que vive.

A LDB (BRASIL,1998, p.124, Art.35.) assegura que “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. No entanto, a nossa realidade local não atende a esse item estabelecido pela LDB, pois, o nosso público é composto por jovens que ainda estão em idade escolar no ensino regular e mesmo assim, buscam a Educação de Jovens e Adultos com o propósito de terminarem “logo os estudos”.

A denominação EJA (Educação de Jovens e Adultos) é uma problemática por ser um segmento que não só trabalha com o público adulto, mas também acolhe jovens, na maioria adolescentes, principalmente aqueles que estão situados de uma forma irregular nas séries. Portanto, muitas das vezes cria-se um choque de geração no próprio segmento da EJA, causando a desistência de alguns alunos que não sentem-se a vontade na sala de aula, tanto por terem opiniões diferentes, quanto por questão de comportamento, linguístico. Nesse sentido, há um abismo há “um abismo de diferença que existe entre o jovem e o adulto, quando se trata de estruturar, espaço logicamente, o passado e o futuro ou de estruturar formalmente o pensamento” (LDB, BRASIL, 1998, p.126). Possivelmente, o conflito deve se instalar, por causa desta “mistura” de gerações: entre a geração adulta, que busca muitas vezes recuperar “o tempo perdido” e os jovens, que estão de forma irregular matriculado no segmento da EJA.

A LDB (BRASIL, 1998, p.127) afirma: “um dos problemas da EJA é que os programas oferecidos desconsideram os interesses e as competências adquiridas pela prática social dos jovens e adultos” Isso nos faz entender que a partir do momento em que os interesses de uma geração não são aceitos ou respeitados, em qualquer que seja a situação, nada fluirá, causando por sua vez os conflitos. Cada aluno traz sua bagagem de vida e experiências diferenciadas. O adulto, por um lado, querendo a todo custo impor a sua maturidade e experiências vividas; por

outro, o jovem, com a cabeça fervendo de informações contemporâneas. Isso causa dificuldades de convivência e uma enorme barreira entre as gerações.

A educação de Jovens e Adultos é um segmento desafiador não só para os alunos e professores, mas para o sistema educacional, no qual implica atingir as etapas da aprendizagem e do conhecimento. A EJA visa à inclusão social do indivíduo. Para isso, é preciso que o sistema mude, através de políticas que precisam ser desenvolvidas para melhor adequação na distribuição do alunado de acordo com sua faixa etária. Todavia, é preciso que haja investimentos para a qualificação do professor, através de estratégias que sejam criadas em nível acadêmico, com o intuito de amenizar os conflitos vivenciados pelos alunos.

Para entender os conflitos geracionais na Educação de Jovens e Adultos, é preciso compreender a situação do jovem que está inserido nesta modalidade. Com isso, os alunos que estão acima desta faixa etária, que procuram esse segmento, são vistos também como “invasores”. Todavia, a situação do adulto, parte do pressuposto de que ele precisa recuperar o tempo perdido e aumentar a autoestima. Além disso, os jovens buscam na EJA a oportunidade para acelerar seus estudos e a escola, a seu turno, a possibilidade de “livrar-se” de alunos indisciplinados.

Por outra vertente, os adultos não alfabetizados, começam a representar um número bastante significativo na população estudantil no Brasil. Atualmente, o país começa a perceber a importância de se preocupar em oferecer aos adultos a oportunidade de recuperar o tempo por eles considerado como “perdido”. É preciso chamar a atenção para o fato da existência de idosos que não estudaram ou se quer se alfabetizaram.

Em sala de aula, esses adultos não possuem “vez” nem “voz”, porque na escola ainda prevalece a ideia de preparar o aluno para o mercado de trabalho, gerando, assim, críticas por estarem na escola, mesmo distante da idade escolar considerada apropriada, os adultos são vistos pelos jovens, principalmente pelos adolescentes, na maioria das vezes, como pessoas fracassadas, as quais não deveriam mais estudar, uma vez que consideram perda de tempo. Já para os adultos, os jovens são vistos como bagunceiros que não querem nada com a vida, que só atrapalham e interferem na aprendizagem, causando, dessa forma, os conflitos para os adultos entre as gerações.

1.3 Um percurso pela identidade cultural e educacional dos alunos da EJA.

A identidade é definida pelas ciências humanas, segundo Decca (2013, p. 81.), como “uma dimensão da consciência, diz respeito ao conjunto de valores da personalidade

individual ou coletiva”. Já a psicanálise define como “algo inconsciente, com processos de identificação, cujas ações são subjetivas”. Percebemos, no entanto, que para esclarecer as relações entre a história nacional e o sentido de identidade coletiva é preciso considerar a identidade apreciando-a a partir das ciências humanas. Assim,

seria relevante avaliar como foi produzida a discussão da identidade (...). A busca da identidade é um fato ocorrente, produto do século XVIII, ficou marcado por um romantismo que transformou a história brasileira em lenda de cunho familiar, no qual o mandato é passado de pai para filho alcançando por fim o neto.

A partir desse momento, a identidade brasileira tornou-se um problema, por conta das diferenças culturais e étnicas existentes entre o Brasil e outras culturas. O cenário cultural português do período colonial e período imperial deram-se com a subjulgação dos povos indígenas, por ser considerado como uma raça, “sem cultura, nômade e violenta” e a valorização do povo europeu, por ser um povo de cultura elevada. A oposição sucitada historicamente, faz-nos compreender que foi eudógenas e escógenas a partir dos conflitos entre as raças e culturas no Brasil que construímos a nossa identidade.

Para Decca, conforme o trecho, a conciliação entre o índio e o português foi proposital e forçada, da mesma maneira da conciliação entre pai e filho, na construção de uma nação que não seria semelhante ao cumprimento do “mandato utópico” europeu, mas uma conciliação entre um passado a ser esquecido e um futuro apaziguador. Ou seja: a memória pré-cabralina deveria ser esquecida para favorecer o enraizamento de um futuro em construção. Nesse contexto, as diferenças culturais seriam apenas movimentos “artificiais” das moduções ideológicas dos Dezenove.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade educacional que foi criada para atender a classe trabalhadora no Brasil, sempre focada na população pobre, rural e das periferias das cidades, composta por alunos do Fundamental I que, na grande maioria não teve acesso à escola e são trabalhadores em grande número autônomos e/ou donas de casa. No seu perfil, podemos destacar: a classe social, esta é constituída por pessoas pobres; e a raça, na grande maioria negra, mas é composta também, por um menor número, de indígenas. Ou seja, constituem a classe marginalizada, pois esses são formados por:

(...) homens, mulheres, jovens, adultos e idosos que buscam a escola pertencem todos a uma mesma classe social, são pessoas com baixo poder aquisitivo, que consomem, de modo geral, apenas o básico à sua sobrevivência (aluguel, água, luz, alimentação, remédios para os filhos,

quando os tem). Os seus lazeres ficam por conta dos encontros familiares ou dos festejos e eventos das comunidades que participam, muitas vezes, ligados, às igrejas ou associações de bairros onde moram. (FONSECA. Acesso em: 25 de março. 2014).

Por fim, a EJA traz como finalidade o compromisso com a formação intelectual do ser humano. Para tanto, o aluno deste segmento (também o professor) deve ter acesso à educação de boa qualidade, de forma que ambos possam participar das relações socioeducacionais, com comportamento ético e compromisso político, através do desenvolvimento da autonomia intelectual e moral. Logo, a educação de Jovens e Adultos deve voltar-se para uma formação visando aos alunos que trabalham ou são chefes de famílias, cuja continuidade da aprendizagem não seja um entrave para seu crescimento pessoal, profissional e social.

II CAPÍTULO

2.1 A escola Padre Ibiapina: dados gerais e os aspectos históricos

Nota-se que é de grande importância um estudo mais aprimorado do cotidiano escolar, pois é nele que atentamos para a grande realidade. De acordo com Berger & Lukman (1978, p. 37),

o método mais conveniente para esclarecer os fundamentos da vida cotidiana, é o da análise fenomenológica, que se obtém de qualquer hipótese casual ou “genérica”, assim, como de afirmação relativa ao status ontológicos dos fenômenos analisados.

Sendo que a realidade do cotidiano inclui participação e ação coletiva, ou seja, interação entre os que fazem o dia-a-dia.

O objeto de pesquisa deste trabalho é a Escola Estadual de Ensino Fundamental I, e Educação de Jovens e Adultos “EJA” Padre José Antônio Maria Ibiapina, localizada à Rua José Chagas de Brito nº. 02, no centro da cidade de Soledade, estado da Paraíba. A escola está sobre a direção do senhor Marcos Túlio Batista Oliveira, desde 2013. Ele possui graduação em Ciências biológicas e a diretora adjunta, por sua vez, é a senhora Klívia Dayanne Capitulino Ferino, graduada em Pedagogia e especialista em Psicopedagogia. Ambos exercem cargos de confiança. O corpo docente é composto por dezoito (18) professores sendo sete (07) efetivos e o onze (11) prestadores de serviços. A escola pertence à terceira (3ª) Gerência Regional de Ensino, cuja sede se localiza na cidade de Campina Grande, Paraíba.

A região que abrange a Gerência citada nos seus aspectos culturais é bastante diversificada, exerce fortes influências na dimensão artística, como também na economia. Centrada na cidade de Campina Grande, oferece aos habitantes e visitantes diversas opções de lazer e entretenimento, tais como: o encontro para a Nova Consciência, que reúne pessoas de diferentes religiões, com participantes de várias localidades do mundo, que é promovido no período do carnaval. No mês de Junho, a cidade é favorecida com “O Maior São João do Mundo”, festa junina que vem atraindo turistas de vários estados do Brasil e de outros países. Em 2012, foi implantado o Teatro Facisa. Existem ainda o Espaço Paulo Pontes e Teatros Elba Ramalho, Rosil Cavalcanti e Severino Cabral. A região ainda possui uma Universidade Federal, uma Universidade Estadual, dentre outras particulares e um Instituto de Educação o (IFPB).

O grupo escolar Padre Ibiapina, como é conhecido, tem seu nome em homenagem ao Padre que fundou a cidade, o vigário Padre José Maria Ibiapina. Ele chegou aqui na época em que ocorreu uma epidemia de Cólera Mórbus, em uma de suas viagens para Pombal no ano de 1865.

A fundação do colégio foi no dia 05 de março de 1948, está localizado no mesmo endereço desde sua fundação; o prédio tem passado por diversas reformas físico-estruturais, sendo recuperado pela primeira vez no ano de 1981, no governo de Tarcísio de Miranda Burity (*in memoriam*) e pelo Departamento de Manutenção e Construção de Bens e Imóveis. Neste período, as aulas aconteciam na Escola Municipal Luiz Gonzaga Burity. A escola foi recuperada pela segunda vez em março de 1990, na segunda administração do mesmo governo. A terceira recuperação se deu em janeiro de 2006, no governo de Cássio Cunha Lima; nessa recuperação, foi construído o muro da escola, pois até, então, ela não era murada. Recentemente, foram feitos alguns reparos, como pintura, e foram colocadas grades no muro (Dados da regulamentação em apêndices).

Em 1935, a escola já existia mesmo sem regulamentação, mas com recursos estaduais, tendo como primeiro professor-diretor o Sr. João Freire da Nóbrega. O estabelecimento de ensino era uma residência alugada que ficava na rua Dr. Gouveia Nóbrega – Centro. Surgiu na época como Escola Pública Primária do Sexo Masculino da Vila, com 47 alunos. O segundo prédio situava-se à Rua Inocência Nóbrega, e existiam duas salas de aulas no turno da manhã e duas no turno da tarde.

As professoras da época foram Maria Cristina Araújo, Noemi de Melo Coutinho e Josefa Ouriques de Vasconcelos. Em outro momento, passou a funcionar como Escola Elementar Mista (Escola Primária). Pouco tempo depois, mudou-se para a rua Dr. Gouveia Nóbrega novamente, desta vez para o nº. 150; depois para o nº. 125, e logo em seguida foi para o nº. 50 da mesma rua. Como se vê, todas essas mudanças de endereço se deram por conta de não possuir prédio próprio para exercer as atividades escolares. Só com sua regulamentação, no ano de 1948, é que se construiu o prédio próprio. Ele foi construído em virtude de não haver uma escola apropriada à época, com profissionais que pudessem trazer desenvolvimento e um ensino de melhor qualidade para a população local e, também, por conta do crescimento da cidade.

No momento político e econômico de sua fundação, acontecia no cenário global uma das Assembleias Gerais da ONU (Organização das Nações Unidas), a qual aprovou um documento em defesa dos Direitos Humanos. Esta declaração, em muitas sociedades, é considerada utópica. Economicamente, sob a influência dos Estados Unidos, os países da

Europa ocidental recebiam ajuda financeira através do plano Marshall, que destinou recursos para a reconstrução das economias dos países abalados pela Segunda Guerra Mundial (Inglaterra, Alemanha Ocidental, Itália e França), enquanto a sociedade brasileira passava por um longo processo de reconstrução em todos os setores.

Entre os diversos movimentos de libertação, os indianos mereceram atenção especial, sobretudo no ano de 1948; neste período, tem-se o assassinato do líder indiano Mohandas K. Gandhi, que propunha a reação de enfrentar os ingleses por meio de resistência política e da não-violência. Mesmo sendo Gandhi executado, as disputas políticas não cessaram na Índia, ocorrendo até os dias atuais, devido às perdas nas guerras. Neste ano, no cenário brasileiro, foi colocado na ilegalidade o partido comunista brasileiro, liderado por Luiz Carlos Prestes, quando os setores mais conservadores temiam ao avanço eleitoral dos comunistas. Já os nacionalistas se opunham às medidas liberais do governo Eurico Gaspar Dutra, então Presidente da República (1946-1951) e de sua tentativa de democratizar o Brasil. No estado da Paraíba, o governador Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo (1947-1950) estava no poder.

Diante das conturbações da macropolítica, e com o fim da Segunda Guerra Mundial, a Paraíba enfrentava uma grande crise econômica. Os produtos, que eram vendidos para o exterior, não encontravam mais compradores, por causa da recuperação dos países antes envolvidos no conflito. Por outro lado, muitos paraibanos emigraram para São Paulo à procura de trabalho e melhores condições de vida. Os donos do poder paraibano; ou seja, as elites políticas que tinham seus poderes baseados na posse da terra e no “voto de cabresto” eram obrigadas a usarem novas formas de fazer política e procurar outros meios para controlar o eleitorado.

O estado da Paraíba passou por um período de dominação; foi uma época de crise e de decadência da economia estadual. A Paraíba participava do processo de acumulação de capital, causando uma grande desigualdade social. Este período variou entre 1945 – 1964.

Em Soledade, o município era governado pelo Senhor Prefeito Inácio Claudino da Costa, que lançou e aprovou o Projeto de Lei sobre o comércio com a União, para notificação sobre a cobrança de Impostos de Indústrias e Profissões, criação de 15 Escolas rurais; abrindo, inclusive, crédito para os serviços de utilidades na vila de Juazeirinho e elevando taxas e impostos no orçamento vigente.

Com relação aos dados da escola, constam nos arquivos, em livros de frequência diária, os nomes das três primeiras professoras do ano do Decreto de Lei da entidade escolar, são elas: Maria Delgado, Maria Dias e Maria de Oliveira. A escola atendia as quatro séries

primárias, e os alunos fundadores, totalizaram 24, como podemos verificar nos anexos. A instituição estruturou-se em nível de ensino primário, e a gestão era organizada por um diretor, o Sr. Eliomar Barreto; e por duas inspetoras de alunos: Inácia Moreira de Araújo e Carmelita Nóbrega, em conjunto com as professoras já citadas.

2.2. A Legislação

A escola Padre Ibiapina atende a um público de trezentos alunos nos três turnos, nos quais estão distribuídos o Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos, primeiro e segundo segmentos.

As condições de regulamentação da escola foram constituídas pelo estado da Paraíba na administração do governo Oswaldo Trigueiro e consolidadas sob o Decreto Lei de nº. 9.394, de 24 de dezembro de 1996. (BRASIL, 1996) Esta Lei “Disciplina a educação escolar que se desenvolve, predominantemente por meio de ensino em instituições próprias”. Artigo 1º inciso I, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Assim, o regime estadual foi elaborado pelo governo do estado da Paraíba, Secretaria de Estado Educação e Cultura de 2005, para o ano letivo de 2006, com o intuito de orientar para procedimentos e para o bom funcionamento do ambiente escolar, (das unidades de ensino da rede estadual) do ano letivo em vigor. Sempre que possível, o regimento é aplicado.

2.3. A estrutura física da Escola.

Atualmente, o prédio possui um andar térreo, três sanitários, sendo um para os professores, (um feminino e um masculino). Estes encontram-se bem conservados. A escola possui uma sala para professores com medidas 3x2 de largura por comprimento; uma sala para secretaria e serviços burocráticos; uma diretoria, que também funciona como arquivo morto e depósito para material didático; e cinco salas de aula. Há corredores que fazem “comunicação” com as demais áreas da escola. No seu espaço exterior, há uma área descoberta onde fica a cisterna e a antena parabólica. O espaço aberto serve também como área de recreação. Na parte inferior, funciona um minicampo e as instalações da cantina, que

são compostas de uma área coberta para distribuição da merenda; ao lado, fica uma dispensa para guardar materiais que estão sendo usados.

Há um muro circulando a escola e grades de ferro, trazendo mais proteção para os que ali circulam. O funcionamento da entidade se dá nos três turnos, manhã, tarde e noite, sendo manhã e tarde com Ensino Fundamental – abrange desde o 1º ano até o 5º ano, recebendo um alunado na faixa etária de 06 a 14 anos. O turno da noite funciona com o Ensino de Jovens e Adultos 1º (primeiro) e 2º (segundo) segmentos, com idade inicial de 15 até 50 anos de idade. O espaço é bem ventilado e há uma área de recreação. Não possui auditório para encontros e reuniões; estes, quando acontecem, são realizados nas salas de aulas. Há também um pequeno depósito para armazenar a merenda escolar.

Em se tratando dos recursos didáticos, foram comprados com o dinheiro do PDE (Plano de Desenvolvimento Educacional) – 02 computadores, 02 impressoras, 01 retroprojetor, 01 data show, 01 aparelho de som, e 01 aparelho de DVD em 2008.

Porém, na secretaria não há telefone, embora exista um telefone público que fica ao lado da secretaria, na parte exterior do colégio. Não existe máquina fotocopadora, também não existe biblioteca nem salas disponíveis para a realização de leituras, tampouco laboratórios para práticas didáticas de informática ou científica. Não dispomos de um espaço para estacionamento.

Quanto aos recursos didáticos disponíveis para os educadores, constam de 02 (duas) TVs; 02 (dois) DVDS; 01 (um) vídeo cassete; 01 (uma) antena parabólica; 02 (dois) aparelhos de som; 02 (duas) máquinas de datilografar; 01 (um) mimeógrafo e 02 (dois) armários para guardar materiais. Recentemente os quadros negros foram substituídos por quadros brancos. Os materiais existentes na escola são utilizados por todos os professores da entidade educacional, inclusive pelos professores da Educação de Jovens e Adultos.

Com a implantação do Programa Mais Educação no ano de 2012, surgiram diversas mudanças na área artística, como as oficinas de música, fotografia e letramento. No ano em vigência, foram adquiridos com os recursos do Programa Mais Educação, os instrumentos para a Banda Marcial da Escola e diversos instrumentos musicais, como: violinos, flautas doces e violões, para as oficinas de música. Há um pequeno espaço físico para a construção de novas instalações. Porém, a escola não possui área coberta para práticas esportivas; quando é necessário, usa-se um espaço maior: o Clube Recreativo da cidade, entre outros espaços em outras instituições, como o da Escola Estadual de Ensino Infantil Fundamental e Médio Dr. Trajano Nóbrega ou, o do Colégio Municipal Professor Luiz Gonzaga Burity. Para a

utilização do espaço do Clube Recreativo, paga-se sempre uma taxa cuja quantia não foi informada.

Mesmo tendo recebido vários livros do Governo Federal para a formação da biblioteca, o espaço existente pode ser considerado como uma pequena sala de leitura, faltando o preparo de um profissional exclusivo que venha trabalhar junto aos demais e, assim, haja estímulo à leitura, pois esta atividade é de grande relevância à formação do ser humano.

A escola não tem o Projeto Político Pedagógico o (PPP), pois este ainda está em processo de construção. Há uma coordenadora pedagógica, Maria Daura Xavier Pereira, que possui especialização em coordenação escolar e está sempre disponível, dando-nos suporte pedagógico sempre que precisamos.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional (INEP) no ano de 2007 e representa, a princípio, a iniciativa de reunir num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. No ano de 2013, a escola Padre Ibiapina alcançou o índice de quatro e meio, ficando à frente das demais escolas do município. Foram promovidos seminários e palestras para o ensino infantil; Já para a Educação de Jovens e Adultos, foram oferecidos os treinamentos e formação continuada.

Estes eventos foram oferecidos pela Secretaria de Estado da Educação da Paraíba e a COEJA – Coordenadoria Estadual do Ensino de Jovens e Adultos. Somados ao conjunto de atividades, foram também oferecidos os PCNS (Parâmetros Curriculares Nacionais), o PROFA, (Pró-formação), as Semanas Pedagógicas, que foram promovidas pela Rede Municipal de Ensino em parceria com a rede Estadual de Ensino no município.

2.4. A função social da EJA

Para alcançarmos um olhar crítico sobre a função social da escola, é necessário afirmar que a educação no Brasil está organizada de maneira desigual, nos moldes do sistema capitalista, que favorece apenas uma parte da população, a que está inserida em classe social média ou alta. A classe menos elevada, a seu turno, não recebe o mesmo tipo de educação. É nesse contexto que afirmamos: a escola não cumpre a sua função social como deveria no Brasil.

Para que a escola cumpra a sua missão, é preciso que o ensino seja igual para todos, na medida em que o papel da escola é capacitar e formar os indivíduos para atuarem na construção da sociedade, como agentes que adquirem e transformam a cultura para agir criticamente na sociedade onde vivem. A escola está servindo para promover não apenas a transmissão do saber sistematizado, mas, inclusive, a Educação de Jovens e adultos, na qual esse estudo se destina.

A Lei de Diretrizes e Base (BRASIL.1996), no artigo III, no 3º item, diz que “no ensino fundamental e na educação de jovens e adultos da 5ª a 8ª séries, deve ser o mínimo de 25 (vinte e cinco) e máximo de 50 (cinquenta) alunos”. Nas demais séries e níveis de ensino na escola pública, observamos que alguns alunos vão para a escola não com o objetivo de estudar, mas impulsionados pelos pais para terem acesso a um programa do governo, como: bolsa família, dentre outros. E movidos por propagandas políticas, “eles apenas vão para o colégio”, almejando ascensão social, no entanto, não se esforçam para estudar, quando não encontram condições favoráveis para realizá-lo. Fatos estes observados no decorrer das aulas. Com relação ao excesso de matriculados, este fato, ocasiona salas de aula recheadas de alunos, tornando mais complexo à prática do ensino aprendizagem.

Os alunos, por sua vez, culpam os professores, por tudo de errado que acontece na escola e pela falta de aprendizado. Na verdade, há interesses administrativos que precisam ser repensados. Não adianta apenas “encher” uma sala com pessoas, visando verbas para o ano seguinte, precisamos analisar e rever essa prática, para que os professores possam ministrar suas aulas como as planejou e os alunos possam realmente aprender. A educação é um processo, parte das necessidades e interesses individuais necessários para adaptação ao meio. Luckese (1991, p. 121) acrescenta que “a educação é a vida do homem por inteiro é a vida presente e parte da própria existência humana”.

A educação se faz necessária para a aprendizagem do indivíduo que pensa e age na sociedade. E não deixa de ser um ato político, principalmente quando, na visão de Savani (*apud* RIOS. 2006. pp. 23-24), “o papel político da educação se revela na medida em que ele se cumpre sempre nas perspectivas de determinado interesse”.

A escola Padre Ibiapina cumpre o seu exercício social em parte, na medida em que os professores da entidade educacional estão procurando estudar mais, especializando-se para melhor desenvolver a sua ação como bom educador e para contribuir cada vez mais na formação de pessoas conscientes, construtoras de uma sociedade repleta de cultura.

2.5. O papel da escola no cotidiano escolar e as práticas educativas.

A prática pedagógica consiste em possibilitar aos professores–alunos a articulação teoria-prática. Já o dia a dia das práticas educativas, possibilita a análise e a compreensão da realidade escolar, tendo como referência a função social da escola e a aproximação dos conhecimentos apropriados e vivências necessárias ao exercício competente do magistério. Para a escola cumprir o seu papel na sociedade, é preciso que a educação se faça necessária para a aprendizagem do indivíduo, que pensa e age baseando-se no seu bem estar e no seu desenvolvimento como sujeito aprendiz, a que o professor deve aplicar sua ação avaliativa.

Para o processo avaliativo, é necessário analisarmos o papel da educação na sociedade, aplicando o conhecimento de transformação do meio onde o sujeito está inserido e de forma positiva. Podemos dizer que a função da escola é definida como processo de aquisição, modificação e reprodução de cultura. Este processo está presente em todas as entidades educacionais do nosso país. A escola é um espaço de transmissão sistematizada do saber historicamente acumulado; tem por obrigação formar cidadãos conscientes do seu papel na sociedade.

Para Rios (2006, p. 22,) “a função da educação tem uma dimensão política, dialeticamente relacionada. É na articulação do que é pedagógico e na totalidade social que se realiza a dimensão política da educação”. Já Rodrigues (*apud* RIOS, 2006 p.22) diz que “a escola vai cumprir sua política quando não se elabora no seu interior um discurso sobre a política, mas quando, através de sua prática educativa puder preparar o cidadão para a vida da polis, para a vida política”.

Sendo assim, a ação política tem o seu papel e se cumpre na medida em que se realiza de acordo com interesses políticos. A escola é, na verdade, o espaço que deve ser democrático, afinal, é o local aonde os indivíduos vão buscar o saber, para melhor viver na condição de cidadão letrado e consciente dos seus atos. Para entendermos a incidência das representações nas atitudes dos professores na rotina diária da escola, é preciso buscar, conhecermos, para compreendermos outras atividades por eles vividas, porque o cotidiano escolar se encontra impregnado de representações, e, através delas, encontra-se a realidade de cada indivíduo.

A respeito disso, Heller (*apud* ASSUNÇÃO, 2006, p. 45) diz “que a vida cotidiana é a vida do homem por inteiro”. É na rotina diária que surgem as representações, nas quais, as atitudes de “uns” contribuem para encararmos a escola como um espaço de repetição – reprodução. A escola é um espaço onde se aprende e muito, apesar de alguns professores

estarem lá apenas por um salário no final do mês. Muitos deles, os que estão por profissionalismo, conseguem exercer sua prática com eficiência, não apenas como reprodução de conhecimento. Com isso, afirmarmos que o cotidiano das práticas educativas possibilita a análise e a compreensão da realidade escolar.

III CAPÍTULO

3.1 A variação na linguagem: a formação do preconceito linguístico.

A linguagem é uma característica que nos diferencia dos seres em geral, ela nos permite a liberdade de expressar os desejos e posicionamentos diante dos conhecimentos que temos e adquirimos. A partir de sua aquisição, podemos expor nossa opinião perante as situações geradas no dia-a-dia, provocando maior dinâmica ao convívio em sociedade. Para Klein (2009. p.3), a linguagem “é um processo e produto da atividade humana subordinada a uma dupla interação: a dos homens com a natureza e a interação dos homens entre si, ou seja, da sociedade”.

Já a língua é, por sua vez, “uma atividade social, um trabalho coletivo, empreendido por todos os seus falantes, cada vez que eles se põem a interagir por meio da fala ou da escrita” (BAGNO, 2010, p. 36). De acordo com Bagno, conforme os comportamentos da sociolinguística, a variedade linguística é um dos muitos modos de falar uma língua, que correlaciona fatores sociais, tais como: lugares de origem, idade, sexo, classe social, grau de instrução, gênero, etnia etc.

Já preconceito linguístico é: o deboche, a sátira ou a não tolerância em relação ao modo de falar das pessoas. (BAGNO, 1999). O tratamento dado à variação linguística nos livros didáticos parte das contribuições dadas a partir da elaboração do PNL (Plano Nacional do Livro Didático) e vem causando enorme impacto na prática pedagógica. Mesmo assim, o tratamento dado à variação linguística nos livros didáticos continua sendo um tanto problemático e complexo, restando ainda dúvidas não só aos usuários destes, como também aos educadores.

Marco Bagno (2010, p. 119) afirma: “há uma vontade sincera dos autores de combater o preconceito linguístico, como também a variedade linguística do português brasileiro”. A partir desse impasse, Bagno (2010. p. 20) induz-nos a perceber a forma como é tratada a variação linguística nos livros didáticos “como sinônimos de variedades regionais, rurais ou de pessoas não escolarizadas”. Nesse sentido, faz-se necessário compreendermos que não existe o “falar certo” nem “o falar errado”, desde que a linguagem seja compreendida entre os

sujeitos atuantes da comunicação. Não há nenhuma variedade “melhor, mais pura, mais bonita e mais correta que outra”. O autor fortalece que “toda variedade linguística atende às necessidades da comunidade de seres humanos que a empregam”, pois concordamos com a ideia da variedade linguística, sendo o resultado de um processo histórico, próprio, e político de uma sociedade, na qual todos têm o seu devido valor relacionando à sua linguagem, seja ela coloquial ou formal; popular ou culta.

Bagno relaciona ao preconceito linguístico, vários “mitos”, entre eles, vigora a deturpação da linguagem de uma pessoa ou de um grupo que é marginalizado, pelo simples fato de variar da forma culta. Diante desta situação, o que podemos fazer para os que os preconceitos não se propaguem? No livro *Preconceito linguístico – o que é, como se faz, (A mitologia do preconceito linguístico)*, o objetivo do autor é examinar os principais mitos em relação ao preconceito linguístico, para os quais são feitas reflexões para tentar encontrar meios mais adequados de combater tais preconceitos: “atualmente há uma forte tendência a lutar contra diversas formas de preconceitos” afirma Bagno (2010. p. 23). Um preconceito irracional, sem justificativa e que “são apenas resultado da ignorância da intolerância ou manipulação ideológica”, não pode ser admitida nos livros didáticos e tampouco, em sala de aula. É preciso ter o cuidado de não deixar esses preconceitos linguísticos se propagarem mais do que já estão sendo propagados.

Cabe a nós educadores orientarmos os nossos alunos, mostrando a ‘diferença’ entre a linguagem culta e formal a linguagem coloquial e popular. A partir dessas diferenças, podemos preparar os nossos alunos para despertar a consciência crítica para a não-discriminação do que seja ‘falar certo’ ou ‘falar errado’. E, principalmente, evitar o preconceito de uso da linguagem verificado entre as gerações.

3.2. Do preconceito ao conflito: Um foco analítico das marcas da oralidade, na conversa espontânea entre alunos e professor da EJA.

Para dizerem milho dizem mio/ Para melhor dizem mio/ Para pior pió/ Para telha dizem teia/ Para telhado dizem teiado / E vão fazendo telhados. (Oswald de Andrade).

Tomamos a epígrafe citada como referência da nossa pesquisa por retratar a realidade do modo de falar dos falantes da linguagem coloquial, pois esta retrata de forma objetiva a variação linguística utilizada pelos falantes da língua. A epígrafe é permeada por marcas da oralidade, marcas essas que não são bem aceitas pelo público letrado mais conservador, e se

estivesse presentes em manuais, que não consideram a língua como dinâmica e mutável, desconsiderar-se-iam tais marcas. O nosso corpus, nesse momento, constitui-se da conversação espontânea entre professor e alunos, logo após o término da aula, em momento, de descontração na Educação de Jovens e Adultos.

Este trabalho procura observar as marcas da oralidade na conversa tanto do professor quanto dos alunos, não objetivando criticar o uso das marcas da oralidade, mas, sim, observar sua materialização no discurso dos diferentes sujeitos. Marco Bagno (2010, p. 80) ao se deter sobre as mascas da oralidade, diz que muitas vezes elas são vistas de forma equivocada e preconceituosa, uma vez que há a supervalorização da escrita em detrimento da fala bem como da norma culta em detrimento da coloquialidade.

a supervalorização da escrita e a desvalorização da fala fizeram surgir, no ensino, algumas noções completamente equivocadas acerca da relação entre as duas modalidades de uso da língua. Uma dessas noções é o de que é preciso evitar as “marcas da oralidade” nos textos escritos, que não pode “falar como se escreve”, sem levar em conta que o conceito realmente importante nesse caso é o gênero (BAGNO, 2010, p. 180).

Tanto Bagno quanto Marcuschi apontam para uma falsa dicotomia conceitual entre a fala e a escrita. Ambos declaram que essa falsa dicotomia é responsável pelo preconceito. Mas é bom lembrar que ninguém é falante nativo da norma-padrão, da língua ensinada e aprendida na escola como segunda língua. E ninguém escreve totalmente “correto” de acordo com a norma padrão.

Para adentrarmos nas marcas da oralidade é relevante conhecermos os traços do discurso oral. Interessa-nos, particularmente observar as repetições, posto que o discurso dos sujeitos envolvidos é permeado por esse traço da oralidade. Para Marcuschi (2002.p.107), a repetição tem os seguintes objetivos: a) contribuir para organização discursiva (esta deve ser organizada de forma sequenciada e coerente); b) monitorar a coerência textual (a repetição deve ser compreendida de forma clara); c) favorecer a coesão e a compreensão dos enunciados (para um discurso compreensível entre os falantes); d) e promover a continuidade da organização tópica e a interação entre os interlocutores (escutar o sujeito na compreensão do enunciado).

Outro ponto a ser observado é a “variação linguística”, que se faz presente tanto no discurso do professor quanto no dos alunos. Ao nos determos especificamente no discurso dos alunos percebemos que eles recorrem ao uso da gíria e da linguagem coloquial. A gíria é percebida como marca identitária. Sobre o assunto Preti (1990, p.1) considera que:

a gíria é a marca característica da linguagem de um grupo social. Torna-se difícil analisar esse fenômeno sob um enfoque geográfico, embora possa afirmar-se que a gíria é predominantemente um vocabulário urbano. Mas, de qualquer ponto geográfico que possamos partir, a gíria estará sempre ligada a um grupo social diferente. Mas também é possível dizer que é na maior variedade das situações de interação da cidade que ela surge como um importante recurso de expressividade.

Diante desse contexto, notamos que a gíria e a linguagem coloquial perpassa toda e qualquer classe social e vai além do fator geográfico, pois a linguagem é um dos mais importantes meios de comunicação entre as pessoas. Qualquer falante de uma língua sabe falar e entender a mensagem passada, seja ela, transmitida através da linguagem “escrita ou falada”; “coloquial ou culta”.

Feitas as ponderações, passaremos à análise das falas, considerado os apontamentos acima discutidos.

3.3. Análise das falas.

Esta pesquisa tem como objetivo observar as marcas da oralidade e da variação linguística na conversação entre o professor e os alunos do 1º e do 2º segmentos da Educação de Jovens e Adultos, no período noturno, na escola Estadual Padre Ibiapina, em Soledade, na Paraíba. O nosso corpus se constitui da conversação espontânea entre professor e alunos no corredor da referida escola. Ela tem como corpo discente, no período noturno, alunos da zona rural e urbana, com faixa etária entre 14 e 55 anos.

A nossa abordagem foi permeada pelo método da observação na conversa entre dois alunos, nos quais podemos chamá-los, genericamente, de *Ana*, aluna **A** e *João*, aluno **J**. A aluna tem 16 anos, e o aluno 51 anos. Ambos moram na zona urbana e cursam o 4º ano do 2º segmento da EJA.

A aluna, identificada com a letra **A**, repete 12 vezes o nome de *João*, 8 vezes a palavra *cara* (ver anexo). Há também a reiteração do uso tanto por parte da aluna quanto do professor dos marcadores de hesitação, tais como: “eh”, “ah”, “ahn”. Essas repetições assinalam a conversa espontânea dos três sujeitos envolvidos no diálogo. Aluna **A**, aluno **J** e o professor.

A variação linguística recorrente no discurso do aluno **J** e da aluna **A** recai sobre a gíria e sobre a linguagem coloquial, uma vez que a aluna incorpora no seu discurso a palavra *cara*,

prôfi; já o aluno usa as palavras *oiá*, *fia* e *namorano*. Os termos servem na fala dos alunos ora para introduzir o discurso, ora para fazer referência ao professor. A aluna mora na zona urbana, talvez por isso tenha esse fator extralinguístico que pode justificar o uso da gíria urbana. O outro fator é o grupo social: ela tem 16 anos, pertence, pois, ao grupo dos adolescentes.

Um dado interessante é que ela troca os termos de referência aos mais velhos, intercalando o termo “senhor”, “tu”, “cara” e, também, o termo “professor”, que é substituído por “prôfi”.

Outro fator apontado por Bagno de maior impacto para o estudo da variação linguística é o da escolaridade. Talvez, no caso em foco, a não padronização do pronome de tratamento se justifique pelo não conhecimento do termo de referência, por parte da aluna e do aluno, João se refere a Ana usando o termo “tu”, “fia” e “oiá”. No entanto, o aluno é um adulto com idade de 51 anos e mora na periferia da cidade. João não teve acesso à escola quando jovem e frequenta a escola com o intuito de melhorar a leitura. Percebemos que o professor, em relação aos pronomes, ora usa o termo “a gente”, ora “nós”, e assimila algumas palavras da linguagem do aluno como o termo “negócio”. Para efeito de indeterminação de algum assunto.

Bagno fala ainda no monitoramento estilístico, dizendo que ele pode ocorrer em maior ou menor grau, dependendo dos fatores extralinguísticos. Para a sociolinguística, os falantes não têm um estilo único, eles variam e monitoram a forma de falar independentemente da instrução, da classe social, da faixa etária, dentre outros fatores.

Feita essa exposição, podemos considerar que a escola é um espaço para o comportamento linguístico variado, além de demonstrar que o discurso do professor é também permeado pela variação. Há também uma alternância do uso da de língua padrão com o uso do português popular, tanto no uso professor quanto dos alunos.

Bagno, ao tratar da variação linguística, cita alguns conceitos-chave e demonstra assinalando que “a compreensão é importante para não cairmos em equívocos, que posteriormente levem ao preconceito”. Um desses conceitos “é a variação”. Assim, de acordo com o autor “o conhecimento primordial da variação é conceber a língua como heterogênea”.

De modo geral, a consideração da variação linguística é basilar para o professor abarcar a função de formar sujeitos capazes de usar a língua de acordo com as exigências da vida na sociedade. Conclui-se, então, que a língua encontra-se nas forças que produziram as relações sociais, em constante mutabilidade. Nesse caso, tudo dependerá “de quem”, “onde”, “quando” e “com que intenção” se fala.

Considerações finais

Tomar consciência de que a linguagem oral pode levar o indivíduo à interação linguística é compreender que é através da comunicação oral que os seres humanos se desenvolvem como membros participantes de uma cultura. Essa compreensão é de extrema importância para o desenvolvimento do educando e para a sua inserção na sociedade.

O recurso utilizado para este trabalho foi à pesquisa bibliográfica, sobre a temática: “a identidade do aluno na Educação de Jovens e Adultos: o preconceito linguístico na sala de aula”. Observamos ser a identidade, uma complexa temática a ser desmistificada, pois se trata dos valores adquiridos coletivamente, nos quais as ações são subjetivas, e por ser o Brasil um país com diferenças raciais provindas de outras culturas. Porém, na EJA, encontramos uma grande variedade de linguagem, expressões, sotaques e gírias diferenciadas, provenientes de diversas regiões do País.

Para tanto, objetivamos identificar as dificuldades de aceitação, encontradas pelos estudantes da EJA, no seu aspecto linguístico. Observamos que são várias as dificuldades encontradas por eles, por isso, representam as causas dos conflitos existentes. E para haver uma solução, é preciso mudanças urgentes nos curso de preparação para educadores, para poderem trabalhar com uma sociedade que está envelhecendo. Logo, o papel do educador com relação à linguagem oral é de desinibir, sugerindo e nunca fazendo correções impróprias. Faz-se necessário viabilizar maneiras de aproveitar as relações inter-geracionais na escola, por exemplo; nem todos os velhos são antijovens, apesar da idade avançada ser considerada no nosso país, como um declínio social.

Há uma deficiência enorme na Educação de Jovens e Adultos, mas isso não significa que os sujeitos são incapazes de aprender. Mesmo diante das dificuldades, dos conflitos existentes, compreendemos que Educação é o meio pelo qual o aluno pode e deve transformar sua realidade. É importante lembrarmos que a linguagem é uma construção humana e precisa-se investir também no alunado, na sua formação, porque a partir do momento em que se respeita e se compreende a linguagem, o indivíduo se socializa, aprende e modifica sua vida, buscando construir o seu espaço na sociedade para melhor viver como cidadãos.

Entendemos que os tópicos aqui discutidos são relevantes para a compreensão do modo de falar dos alunos do segmento da EJA, pois o nosso trabalho fornece conceitos que podem ser absorvido pelos envolvidos na prática educativa, que vai desde o histórico da Educação de Jovens e Adultos, até a análise linguística dos estudantes.

Podemos perceber também que é no dia-a-dia que descobrimos o verdadeiro papel da escola e o seu significado. O objetivo da prática pedagógica é a articulação entre teoria, prática e os envolvidos por elas, os alunos, educadores, familiares e comunidade em geral.

É preciso que ocorra uma mudança urgente no ensino da EJA, pois nossos alunos precisam descobrir que é preciso desfazer o mito existente do que é “falar certo” ou “falar errado”. É de extrema necessidade o uso de metodologias significativas na nossa prática como professor, e assim, podermos proporcionar aulas criativas, com as quais, possam contagiar os alunos para melhor assimilar os conceitos linguísticos sem preconceito. E dessa forma, diminuir os conflitos entre as gerações.

Por fim, acreditamos que a educação transforma o indivíduo, auxiliando na sua formação, respeitando a sua cultura. Assim, teremos cidadãos verdadeiramente conscientes de seu papel na sociedade em que vivem.

Referências

- ASSUNÇÃO, M^a Madalena Silva. Cara de Professora – **Alma de Professora**. In: PEDAGOGIA em Regime Especial. Coletânea de Textos Didáticos III – 2006. p. 45.
- BAGNO, Marcos. **O Preconceito Linguístico - O que É Como Se Faz**. 38^a Ed. São Paulo: Loyola, 1999.
- _____. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- BRASIL/MEC/SEF. Lei de Diretrizes e Base, de 24 de dezembro de 1996.
- BARBOSA, Andressa Cristina Coutinho **Considerações sobre o uso da repetição e construção do texto falado infantil**. A. Anais do X Enapol 2008.
- BEZERRA, M^a. A, Dionisio, A.P.(org). **O livro didático do português. Múltiplos olhares**. Rio de Janeiro: Lucena, 2001.
- BORTOINI-RICARDO, Stela Mrs. **Nós cheguem na escola, e agora?: Sociolinguística e educação**. São Paulo: Parábola editorial.
- DECCA. Edgar Salvadore de. **Tal pai, qual filho. Narrativas da identidade**. IN: 1^a coletânea de textos didáticos. Curso de Especialização em Fundamentos da Educação; Práticas Pedagógicas Interdisciplinares. UEPB. 2013.p.p.81-89.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. 45. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- FONSECA Maria da Conceição Ferreira Reis. UFMG–GT-18:SEE-MG e UNIVALE. **Relações de gênero, práticas de cuidado e de Educação de Jovens e Adultos**. 2009. Acesso em: 25 de março. 2014. Disponível em www.google.com.br.
- GURJÃO. De Queiroz Lima, Damião (Org.). In. **Estudando a História da Paraíba: Uma Coletânea de Textos Didáticos**. 2. ed. rev.e ampl. EDUEPB.
- ILARI, R. e BASSO R. **O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2006.
- KLEIMAN. Ângela. **Uma Concepção Não Escolar do Processo**. IN: Oficina de Leitura: Teoria e Prática - 6^a. Edição. Campinas, SP, Pontes, 1998.p.35.
- LUCKESE, Cipriano Carlos. **Tendências Pedagógicas na Prática Escolar**. Filosofia da Educação. São Paulo. Cortez, 1991.
- MACEDO, Lino. **Ensaio Construtivistas**. 3. Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.
- MARCUSCHI, L. A. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade**. In. BEZERRA, M. A; DIONÍSIO, A. P; MACHADO, A. R. (Orgs.) gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MODELO de Ensino Atual, para o Ensino Fundamental, Médio, Profissional, Concursos e Vestibulares. Desafio. História Geral - e História do Brasil, São Paulo, 2002. pp.165-187.

PRETI, Dino e URBANO, Hudinilson (Org). **A linguagem falada culta na cidade de São Paulo**. São Paulo: T. A. Queiro, Fapesp, 1990. v. 4.

_____ **Estudos de língua oral e escrita**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

_____ **O léxico na linguagem popular: A gíria**. Rio de Janeiro: Lucena, 2004.

RIBEIRO. Vera Maria Masagrão. **IN: Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular-1º segmento**. São Paulo: Ação educativa: Brasília: MEC.1999. PP.19-26.

RIOS. Terezinha Azevedo. **Educação e Sociedade: perspectivas política na prática educativa**. In: PEDAGOGIA em Regime Especial: Coletânea de Textos Didáticos- V.III, 2006.

Apêndices I - Diálogo entre alunos e professor

J: aluno adulto

A: aluna adolescente

Professor

Pausa...Comentários descritivos do transcritor (())

“” “” citação

() trecho incompreensível

A: João

A: O negócio do senhor.

A: ()

A: semana que vem eu trago.

A: Vai precisar?

A: não, João?

A: ouvindo música é, João?

A: Pode não, João.

A ()

A: O que está fazendo aqui João?

J: eu vou esperar Paula ((riso)) ...de nove horas

J: a gente só vai de nove hora.

A: aí o senhor vai mais Paulo é João?

J: É!

J: Paula mora no Alto São José, aí eu pego o carro até o Estado. (Bairro da periferia)

A: O carro pesa João?

J: ehn (gaiáta). (referindo-se a aluna)

A: O professor não vai mim passar não, João .

A:Passa eu aí vai cara. (**gritando dirigindo-se ao professor**)

Professor: Sim, mas você tem que estudar.

A :Eu não gosto de estudar ...não, prôfi!

A: Eu gosto das coisas mais fácil, cara!

Professor chega e interfere: “As coisas fáceis ...são para os covardes; as difíceis, para os sábios”

J: Estude e você passa,

A: É os sábios... (incompreensível)

Professor: O que estás fazendo aqui até agora?

A: Eu tô esperando Luiz cara!

A: tenho que ter uma conversa com Luiz, cara!

Professor: hummmm!

J:O que foi, mulher ?

J:Vocês estão namorando ?

A:Não, João!

A: A gente tava...

A: O que foi, cara?

J: Eu tô desconfiano desse namoro de vocês,

A: por que, cara?

J: Porque é uma coisa sem... graça

A:Tem que ficar igual a tu, João?

J: É... como é que se diz? Eu não vejo verdade no namoro de vocês dois

A:anh.

A:Só o senhor que não vê isso, cara!

A: a gente passa a aula todinha conversando...

J:Que hora?

A:Aqui... Anh..

Prof: PSIU! Antigamente , quando eu era aluno como vocês, a aula era o momento para nós estudarmos e tirar as dúvidas e não de ficar falando da vida pessoal.

A. Ah! Prôfi, isso é passado!

A:a gente tem que butar o papo em dia ,

A: e de noite tu sabe né, cara!

Professor: Eu acho que esse negócio é inversão.

A: e por que a gente vai fingir que está namorando, né, João?

J: faz tempo que eu conheço vocês. Eu sei quando um colega tá namorando.

J: eu não vejo verdade nesse namoro

J: minha fia, a gente conhece o oiá de que tá namorando.

A: ((risos))

A: e tem que tá atracado é, cara?

A: é, João?

A: ah! João, deixe pra de noite na sexta à noite ((risos)).

Apêndices II – Registros fotográficos da escola padre Ibiapina



Ilustração1: Fachada do prédio da escola antes da reforma

Foto: John Kennedy



ILUSTRAÇÃO 2: Fachada do prédio da escola após a reforma

Foto: John Kennedy



Ilustração 3: local onde fica o Orelhão

Foto: John Kennedy

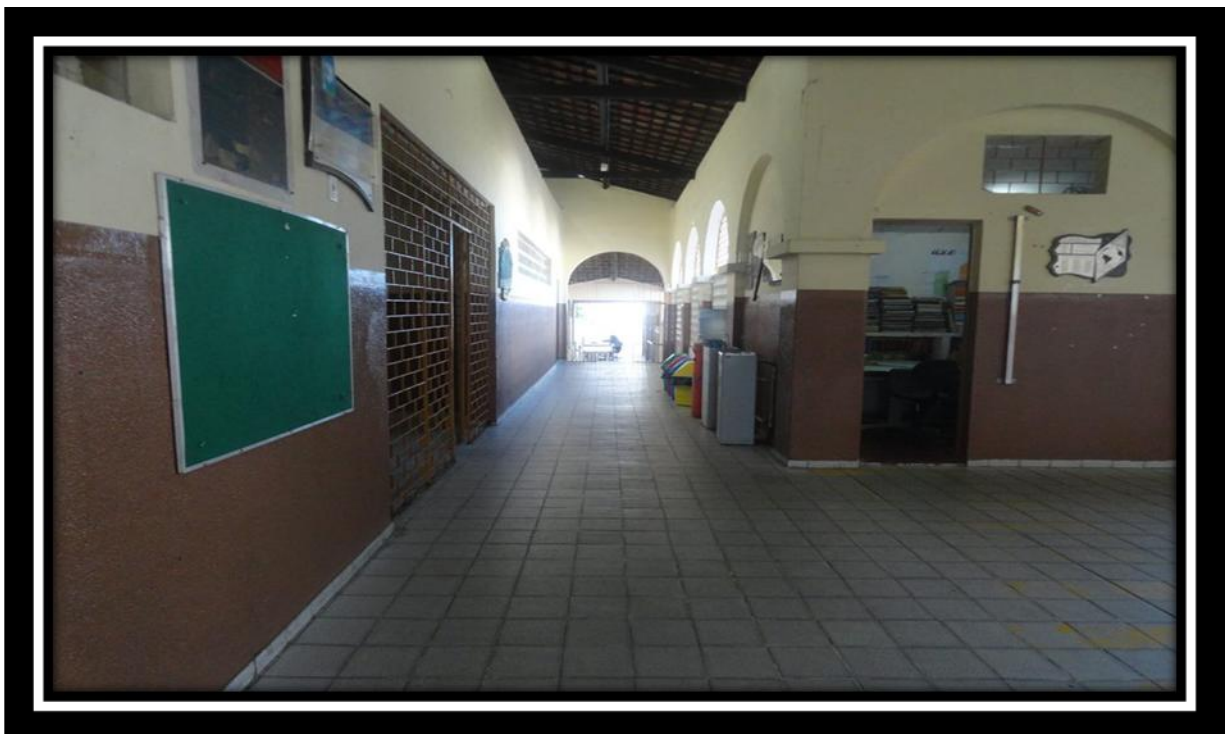


Ilustração 4: corredores de acesso as salas de aula

Foto: John Kennedy



Ilustração 5: A sala de aula

Foto: John Kennedy

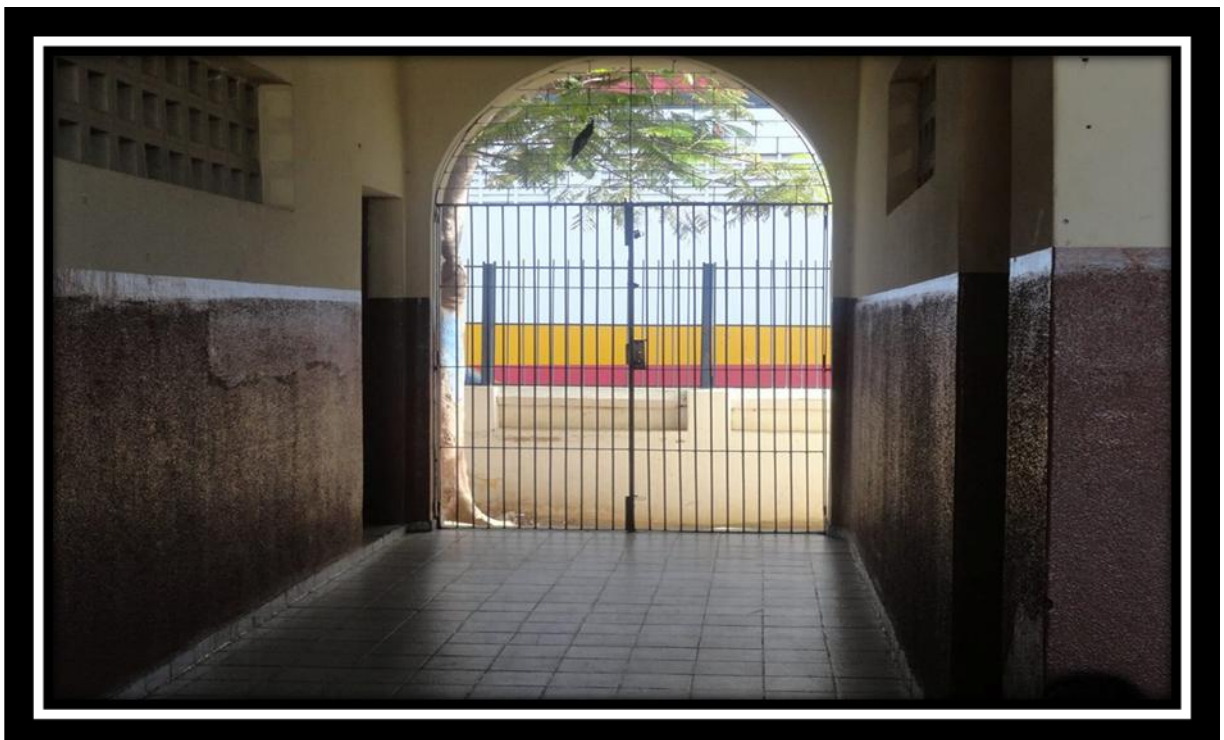


Ilustração 6: Portão de acesso à escola

Foto: John Kennedy

Anexo - Placa da regulamentação da Escola: padre Ibiapina

Ilustração 7: Regulamentação da escola

Foto: John Kennedy